

Nome completo do (a) aluno (a)					
Assinatura do (a) aluno (a)					
Curso	Direito/Bacharelado	Turma	---ºPeríodo	Turno	Matutino
Disciplina	Direito Tributário I				
Professor (a)			Sigla da Turma	---	
Data da prova:	---		Unidade	---	

AVALIAÇÃO – NP1

ATENÇÃO – Leia atentamente as instruções a seguir.

- | | |
|--|---|
| <p>1 – Escreva seu nome completo e legível no campo “Assinatura do (a) aluno (a)”;</p> <p>2 – O valor total desta prova é de 8 (oito) pontos e o valor de cada questão está indicado junto à numeração da mesma;</p> <p>3 – Essa avaliação compreende testes de múltipla escolha e questões discursivas, as quais deverão ser fundamentadas, sob pena de nulidade da questão;</p> <p>4 – As questões discursivas deverão ser respondidas exclusivamente no espaço destinado às respostas ou folhas de respostas;</p> <p>5 – A avaliação deve ser feita individualmente e sem consulta a livros, cadernos</p> | <p>ou qualquer material que trate do conteúdo da prova, salvo situações autorizadas previamente pelo (a) professor (a) ou aplicador (a) da prova;</p> <p>6 – Somente serão consideradas como válidas as respostas com caneta esferográfica preta ou azul e sem rasuras (respostas a lápis não será objeto de revisão/correção);</p> <p>7 – Não será permitido o uso de celular, tablet etc., devendo o (a) aluno (a) desligá-lo durante a realização da prova;</p> <p>8 – O aluno que não obedecer às orientações terá sua prova recolhida e nota zero;</p> <p>9 – O aluno só poderá sair da sala após uma hora do início da prova, depois que o primeiro aluno sair nenhum outro poderá entrar, e os três últimos deverão sair juntos;</p> <p>10 – Observe o tempo de duração desta avaliação – Matutino das 07:00 h às 09:00 h, Noturno das 19:00 h às 21:00 h.</p> |
|--|---|

Nota da prova:	Nota dos trabalhos:	Total - Nota da AP1:	Assinatura do professor (a):

INFORME NO GABARITO ABAIXO O NÚMERO DAS QUESTÕES OBJETIVAS E AS RESPECTIVAS RESPOSTAS

QUESTOES	3	4	5	6	7	8	-----
RESPOSTAS (LETRA ASSINALADA)							----- ----- ----- -----

QUESTÕES DA PROVA

Questão 1 –	M. Portnoy lhe procura em seu escritório para consultoria. Ele alega ter uma empresa que está tendo problemas face a uma cobrança tributária perante um produto Importado. Sua dúvida paira no tocante a uma alteração no imposto de importação no tocante a novos fatos geradores e reformulação da base de cálculo, dentre outros pontos, onde a mudança ocorreu por lei federal com publicação em 14/12/2021 e a incidência (com vigência) em 21/05/2022. Assim ele questiona a alteração é possível e se a incidência estaria correta.
	Valor total (1,0 pontos)

A	A lei poderia estar em correta vigência, encontrando-se correta em relação à anterioridade de exercício financeiro e de noventena, porém, no tocante à legalidade estaria incorreta por ser, o tributo, de competência municipal
B	A lei poderia estar em correta vigência, encontrando-se correta em relação à anterioridade de exercício financeiro e de noventena, mas não está correta pois alterou pontos que não são exceções à legalidade.
C	A lei poderia estar em correta vigência, encontrando-se correta em relação à anterioridade de exercício financeiro e de noventena, ainda, no tocante à legalidade estaria correta, e, ainda, por ser, o tributo, de competência federal
D	A lei poderia estar em correta vigência, encontrando-se correta em relação à anterioridade de exercício financeiro e de noventena, ainda, no tocante à legalidade estaria correta por ser, o tributo, de competência dos territórios somente.
E	A lei poderia estar em correta vigência, encontrando-se correta em relação à anterioridade de exercício financeiro e de noventena, ainda, no tocante à legalidade estaria correta por ser, o tributo, de competência comum

Questão 2 –	Bowser lhe procura sobre dúvidas de sua mercadoria e tributos incidentes sobre a mesma, assim, esclareça pra ele sobre os princípios tributários abaixo, por terem proximidade a tal situação, marcando V ou F nas assertivas (valor de 0,2 décimos de ponto por assertiva)
	Valor total (2,0 pontos)

	A não-limitação ao tráfego impede que as autoridades tributárias imponham restrições ao movimento de mercadorias ou ao tráfego de bens e pessoas dentro do território nacional ou estadual.
	O princípio da não-cumulatividade foi consagrado na Constituição Federal, aplicando-se de forma ampla a todos os impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços, renda, ou qualquer outra forma de incidência tributária.
	O princípio da não-confisco está diretamente relacionado ao direito de propriedade, garantindo que a carga tributária não seja tão alta a ponto de reduzir o patrimônio do contribuinte de forma desproporcional
	A não-cumulatividade permite que o valor do imposto pago em etapas anteriores da cadeia produtiva seja descontado do valor do imposto devido na etapa seguinte.
	O princípio da não-limitação ao tráfego impede que tributos sejam cobrados de forma a dificultar ou proibir a livre circulação de bens e serviços entre os estados ou dentro de um mesmo estado.
	A não-cumulatividade se aplica a todos os tributos, independentemente de sua natureza, mesmo que não tenham várias etapas ou que não circulem mercadorias, e não está restrita aos impostos sobre circulação de mercadorias ou serviços.
	O princípio da não-confisco garante que a tributação não pode ser utilizada como instrumento de desapropriação indireta, ou seja, não pode ter efeito de confisco sobre o patrimônio do contribuinte.

	O princípio da não-cumulatividade visa evitar que o imposto seja cobrado várias vezes ao longo da cadeia de produção e circulação de bens e serviços.
	O princípio da não-cumulatividade se aplica a impostos sobre a produção e circulação de mercadorias, como o ICMS e o IPI.
	O princípio da não-confisco assegura que a carga tributária não pode ser excessiva a ponto de inviabilizar a atividade econômica do contribuinte, visando garantir a justa tributação sem expropriação.

Questão 3 –	Blanka vem até seu escritório para consultoria jurídica. Ele alega que ocorreu a alteração de IPTU, sobre a base de cálculo somente no município que reside, onde a alteração ocorreu por lei com publicação em 14/12/2021 e a incidência (com vigência) em 21/04/2022. Ele alega que foi instituída a cobrança de IPTU sobre um imóvel pertencente a templo de qualquer culto em seu uso, onde se localiza o município em que ocorreu a referida mudança legal. Diante dessa informação, analise se a incidência do tributo estaria correta em 05/01/2023:
	Valor total (1,0 ponto)

A	A incidência está correta, pois, é nítido que esteja correta a anterioridade nonagesimal, bem como, a anterioridade de exercício financeiro e a legalidade, embora precise de autorização regional.
B	A incidência está correta, pois, é nítido que esteja correta a anterioridade nonagesimal, bem como, a anterioridade de exercício financeiro e a legalidade, embora precise de autorização ministerial.
C	A incidência não está correta, embora esteja correta a anterioridade nonagesimal, bem como, a anterioridade de exercício financeiro e a legalidade, temos um caso de imunidade, o que inviabilizaria a cobrança.
D	A incidência está correta, pois, é nítido que esteja correta a anterioridade nonagesimal, bem como, a anterioridade de exercício financeiro e a legalidade.
E	A incidência não está correta, embora esteja correta a anterioridade nonagesimal, bem como, a anterioridade de exercício financeiro e a legalidade, temos um caso de isenção por lei que alterou o tributo, o que inviabilizaria a cobrança.

Questão 4 –	Steve Rogers lhe procura para sanar dúvida jurídica. Ele questiona estar perdido perante tantos tributos e imunidades. Assim, acerca das imunidades gerais, previstas na CRFB/88, indique pra ele o que seria V ou F (cada assertiva vale 0,2 décimos de ponto):
	Valor total (2,0 pontos):

	As imunidades tributárias de partidos políticos e suas fundações, entidades sindicais de trabalhadores e instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos estão condicionadas ao cumprimento de requisitos estabelecidos pela legislação infraconstitucional.
--	--

	A imunidade tributária relativa a livros, jornais e periódicos está condicionada à finalidade educacional ou informativa dessas publicações.
	A imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas se aplica a todos os fonogramas, independentemente de serem produzidos no Brasil ou no exterior
	A imunidade tributária do artigo 150, inciso VI, se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços uns dos outros, ou seja, as entidades imunes não podem ser tributadas sobre esses elementos.
	Livros, jornais e periódicos estão imunes à tributação, mas essa imunidade também se estende a outros tipos de publicações e mídias, independentemente de seu conteúdo.
	A imunidade tributária de fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil se aplica exclusivamente a obras de autores brasileiros, independentemente de sua distribuição no exterior.
	A imunidade tributária para fonogramas e videofonogramas musicais de autores brasileiros se estende aos arquivos digitais ou suportes materiais que os contenham, com exceção da etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
	Os templos de qualquer culto, independentemente de sua finalidade, estão imunes a qualquer forma de tributação sobre seu patrimônio, renda ou serviços.
	As entidades de assistência social, quando dedicadas exclusivamente à promoção de ações beneficentes, jamais estão imunes a tributos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, de acordo com a Constituição.
	A imunidade tributária prevista para templos de qualquer culto também se estende às suas organizações assistenciais e beneficentes, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023.

Questão 5 –	<p>D. Grohl lhe procura em seu escritório para consultoria jurídica. Ele alega estar com dúvidas sobre os tributos que recaem sobre sua pessoa e sobre sua empresa. Assim, explique pra ele quem poderia tratar dos tributos, analisando em Verdadeiro (V) ou Falso (F) as assertivas a seguir:</p> <p>I – os impostos, a contribuição previdenciária e a Contribuição para financiamento da seguridade social são casos de competência privativa/absoluta; II – CIDE e taxas são casos de competência comum; III – taxas e IPTU são casos de competência privativa/absoluta; IV – ITCMD, IGF e ISSQN são casos de competência comum; V – taxas e contribuições de melhoria são casos de competência privativa.</p>
	Valor total (1,0 ponto)

A	F-V-V-F-F
B	V-F-F-F-F
C	V-F-F-F-V
D	F-F-F-V-V

E	F-F-F-F-V
---	-----------

Questão 6 –	<p>Bowser lhe procura em seu escritório para consultoria jurídica. Ele alega estar com dúvidas sobre os tributos que recaem sobre sua pessoa e sobre sua empresa. Assim, explique pra ele a respeito de tributos e cadeia tributária, analisando em Verdadeiro (V) ou Falso (F) as assertivas a seguir:</p> <p>I – impostos não tem vinculação, enquanto taxa é vinculada; II – contribuição de melhoria decorre de valorização de imóvel decorrente da efetivação de obra pública; III – taxas podem ser de serviço e de polícia, são específicas, divisíveis; IV – impostos são pecuniários, não compulsórios e definidos em lei.</p>
	Valor total (1,0 ponto)

A	II correta, apenas.
B	I correta, apenas.
C	I, II e III corretas, apenas.
D	I, II e IV corretas, apenas.
E	I e II corretas, apenas.